



MINISTÉRIO DA JUSTIÇA  
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL

**CONVÊNIO MJ /N.º 145/2011**  
**SICONV Nº 760210/2011**

***CONVÊNIO** que entre si celebram a União, por intermédio do Ministério da Justiça, e o Distrito Federal, visando à execução do Projeto "Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência doméstica no Distrito Federal".*

A **UNIÃO**, por intermédio do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA (MJ)**, CNPJ n.º 00.394.494/0001-36, situado na Esplanada dos Ministérios, bloco T, nesta Capital, doravante denominado **CONCEDENTE**, representado neste ato pelo **SECRETÁRIO-EXECUTIVO**, Senhor **LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO**, domiciliado na Esplanada dos Ministérios, bloco T, 3.º andar, sala 300-A, CEP 70.064-900, Brasília-DF, portador da Carteira de Identidade n.º 750.249, expedida pela SSP/DF, e do CPF n.º 318.800.881-34, com competência delegada pela Portaria n.º 145, de 26/1/2004, por meio do **DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO NACIONAL – DEPEN**, CNPJ n.º 00.394.494/0008-02, representado neste ato pelo seu **DIRETOR-GERAL**, Senhor **AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI**, portador da Carteira de Identidade n.º 10.744.697, expedida pela SSP/SP, e do CPF n.º 063.997.338-80, com competência estabelecida no inciso X do art. 51 do Regimento Interno do DEPEN, aprovado pela Portaria Ministerial n.º 674, de 20 de março de 2008, e o **DISTRITO FEDERAL**, CNPJ sob o n.º 00.394.601/0001-26, denominado **CONVENENTE** representado pelo **GOVERNADOR**, Senhor **AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO**, domiciliado no Anexo do Palácio do Buriti, 10.º andar, Sala 1032, Brasília/DF, portador da Carteira de Identidade n.º 1.381.070, expedida pela SSP/BA, e do CPF n.º 196.676.555-04, resolvem celebrar o presente **CONVÊNIO SICONV Nº 760210/2011 (145/2011)** em conformidade com o Processo n.º **08016.011592/2011-99**, de acordo com as normas contidas na Constituição, na Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, na Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010 (LDO), na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, no que couber, nos Decretos n.ºs 93.872, de 23 de dezembro de 1986, 6.170, de 25 de julho de 2007, e suas alterações, na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações, bem como na Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011, mediante as cláusulas e condições seguintes:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente **CONVÊNIO** tem por objeto a cooperação dos partícipes na execução do Projeto Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência doméstica no Distrito Federal, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado pelo Departamento Penitenciário Nacional, tendo como responsável pela execução do projeto o Sr. Luiz Henrique Machado de Aguiar, CPF: 030.771.886-78.

#### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Para o alcance do objeto pactuado, os partícipes obrigam-se a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pelo **CONVENENTE** e aprovado pelo **CONCEDENTE**, o qual passa a integrar este **CONVÊNIO**, independentemente de sua transcrição.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES

### I – O CONCEDENTE obriga-se a:

- 1) orientar e aprovar os procedimentos técnicos e operacionais necessários à execução do objeto deste **CONVÊNIO**;
- 2) repassar ao **CONVENIENTE** os recursos financeiros correspondentes ao objeto deste **CONVÊNIO**, obedecendo ao **Cronograma de Desembolso** constante do **Plano de Trabalho**, e observados as normas legais pertinentes e o disposto na **CLÁUSULA QUARTA**;
- 3) incluir, no SICONV, relatório sintético trimestral sobre o andamento da execução do **CONVÊNIO**, na forma prevista no art. 53, § 3º Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 4) examinar e aprovar a proposta de reformulação do Plano de Trabalho, desde que não implique mudança do objeto;
- 5) acompanhar a execução do **CONVÊNIO** por meio de um representante especialmente designado e registrado no SICONV, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à consecução do objeto, adotando as medidas necessárias a regularização das falhas observadas, na forma do art. 53 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações e o art. 11 e parágrafo único da Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011;
- 6) designar no mínimo um servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização, no prazo de 5 (cinco) dias da publicação do extrato do instrumento, em ato a ser publicado no Diário Oficial da União e inserido no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, instituído pelo o art. 11, da Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011;
- 7) o ato de designação do servidor deverá indicar os respectivos suplentes, que assumirão as incumbências dos titulares em seus afastamentos e impedimentos legais, na forma do Parágrafo Único do art. 11, da Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011;
- 8) analisar e aprovar a prestação de contas final dos recursos da União e da contrapartida, aplicados na consecução do objeto deste **CONVÊNIO**, emitindo parecer sob o aspecto técnico, quanto à execução física e atendimento dos objetivos deste **CONVÊNIO**, e sob o aspecto financeiro, quanto à correta e regular aplicação dos recursos, no prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de seu recebimento;
- 9) prorrogar “de ofício” a vigência do **CONVÊNIO**, quando houver atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado;
- 10) enviar ao **CONVENIENTE** cópia da Portaria n.º 1.156, de 20 de dezembro de 2001, que institui o Programa de Ações Afirmativas no âmbito do Ministério da Justiça;
- 11) solicitar todos os documentos comprobatórios de despesa(s) efetuada(s) à conta dos recursos deste **CONVÊNIO** para fins de fiscalização;
- 12) dar ciência da assinatura deste **CONVÊNIO** à Assembléia Legislativa ou à Câmara Municipal respectiva, no prazo de 10 (dez) dias da celebração do




instrumento, e no caso de liberação de recursos o prazo será de 02 (dois) dias úteis;

- 13) dar ciência ao **CONVENENTE** sobre qualquer situação de irregularidade relativa à prestação de contas do uso dos recursos envolvidos que motive suspensão ou impedimento de liberação de novas parcelas, caso não haja regularização no período de até trinta dias, contados a partir do evento.

## II – O **CONVENENTE** obriga-se a:

- 1) atentar para as disposições da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 2) usar obrigatoriamente o pregão, preferencialmente na forma eletrônica e, quando não couber, devidamente justificada na forma presencial, na contratação de bens e serviços comuns, nos termos da Lei n.º 10.520/2002, do Decreto n.º 5.450/2005 e da Portaria Interministerial MP/MF n.º 217, de 31 de julho de 2006, publicada no Diário Oficial da União de 1.º de agosto de 2006, observando o prazo limite estabelecido no art. 2.º da citada Portaria;
- 3) executar as atividades pactuadas na **CLÁUSULA PRIMEIRA**, observando os critérios de qualidade técnica, os prazos e os custos previstos no Plano de Trabalho;
- 4) incluir em seu orçamento os recursos recebidos em transferência voluntária;
- 5) manter os recursos na conta bancária específica do **CONVÊNIO**, e somente utilizá-los para pagamento de despesas constantes do Plano de Trabalho ou para aplicação no mercado financeiro nas hipóteses previstas na Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações;
- 6) realizar pagamentos exclusivamente por crédito em conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços, exceto quando o pagamento for devido a pessoa física que não possuir conta bancária, observado o limite de R\$ 800,00 (oitocentos reais) por fornecedor ou prestador de serviço, e desde que uma única vez no decorrer da vigência deste Instrumento;
- 7) comprovar o cumprimento da contrapartida pactuada, que deverá ser depositada na conta bancária específica do instrumento em conformidade com os prazos estabelecidos no cronograma de desembolso;
- 8) aplicar e gerir os recursos repassados por força deste Instrumento, **inclusive** os resultantes de sua eventual aplicação em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês e em fundo de aplicação financeira de curto prazo, ou operação de mercado aberto lastreada em título da dívida pública, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores, bem assim aqueles oferecidos em contrapartida, em conformidade do **Plano de Trabalho**, exclusiva e tempestivamente no cumprimento do objeto deste **CONVÊNIO**;
- 9) incluir regularmente no SICONV as informações e os documentos exigidos pela Portaria Interministerial n.º 127/2008, mantendo-os atualizados;



- 10) inserir no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV a designação do responsável pela execução do objeto acordado, no prazo de 20 (vinte) dias da publicação do extrato do instrumento, contendo o nome completo, cargo, endereço eletrônico, telefones, bem como outras informações que garantam a agilidade nos contatos, conforme estipulado no art. 10 e parágrafo único da Portaria MJ nº 458, de 12 de abril de 2011;
  - 11) facilitar o acompanhamento pelo **CONCEDENTE**, permitindo-lhe, inclusive, visitas ao local da execução e fornecendo, sempre que solicitadas, as informações e documentos relacionados com a execução do objeto deste Instrumento, especialmente no que se refere ao exame da documentação relativa à aquisição e destinação dos equipamentos e materiais de consumo;
  - 12) permitir o livre acesso de servidores dos órgãos do controle interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União aos processos, documentos, informações referentes a este **CONVÊNIO** e aos seus locais de execução;
  - 13) inserir cláusula nos contratos celebrados para a execução deste **CONVÊNIO** que permita o livre acesso dos servidores do **CONCEDENTE**, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis das empresas contratadas, referentes ao objeto contratado;
  - 14) enviar ao **CONCEDENTE** documentação relativa aos procedimentos licitatório e contratual, inclusive informar previamente acerca dos aditivos contratuais, quando houver necessidade, conforme disposto na Lei n.º 8.666/93;
  - 15) prestar contas final dos recursos recebidos, inclusive dos recursos da Contrapartida e das aplicações na forma e no prazo estabelecidos neste instrumento;
  - 16) zelar pela conservação e manutenção dos bens adquiridos com recursos deste **CONVÊNIO**, se houver;
  - 17) assegurar a qualidade técnica das atividades desenvolvidas no âmbito deste **CONVÊNIO**;
  - 18) acompanhar e fiscalizar a execução do **CONVÊNIO**, de forma a garantir a regularidade dos atos praticados e a plena execução do objeto, respondendo inclusive pelos danos causados a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do instrumento;
  - 19) recolher à conta do **CONCEDENTE** devidamente atualizado o percentual da contrapartida pactuada e não aplicada na consecução do objeto do **CONVÊNIO**;
  - 20) abster-se de utilizar, nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e o ressarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais;
  - 21) responsabilizar-se por **todos** os encargos de natureza trabalhista e previdenciária, decorrentes de eventuais demandas judiciais relativas a
- 



recursos humanos utilizados na execução do objeto do **CONVÊNIO**, bem como por todos os ônus tributários ou extraordinários que incidam sobre o **CONVÊNIO**;

- 22) garantir os direitos especialmente no que concerne à abolição de toda prática de tortura, o respeito e a promoção dos direitos da mulher e à abolição de toda forma de discriminação por razões de deficiência física, etnia, religião e orientação sexual, respeitando as orientações e diretrizes da Secretaria Especial de Direitos Humanos, da Secretaria Especial de Políticas para a Mulher e da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial;
- 23) observar as normas contidas na Portaria Normativa n.º 05, de 19 dezembro de 2002, do Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, publicada no DOU de 9 de janeiro de 2003;
- 24) dar publicidade do Instrumento celebrado e dos recursos repassados pelo **CONCEDENTE**;
- 25) manter atualizada a escrituração contábil específica dos atos e fatos relativos à execução deste **CONVÊNIO**, para fins de fiscalização, acompanhamento e avaliação dos resultados obtidos;
- 26) restituir o eventual saldo de recursos ao **CONCEDENTE**, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras em caderneta de poupança e em aplicações e em fundo de aplicação de curto prazo, na forma proposta no art. 42, § 1º da Portaria Interministerial n.º 127/08, no prazo de 30 (trinta) dias da conclusão, extinção, denúncia ou rescisão do presente **CONVÊNIO**;
- 27) aderir ao Programa de Ações Afirmativas instituído pela Portaria Ministerial MJ n.º 1.156, de 20 de dezembro de 2001, e pelo Decreto n.º 4.228, de 13 de maio de 2002, comprometendo-se a envidar todos os esforços necessários à consecução dos objetivos propostos no Programa Nacional de Direitos Humanos, do Ministério da Justiça;
- 28) cumprir o que determina a Resolução n.º 01 do CNPCP, de 29 de abril de 2008;
- 29) apresentar relatório trimestral sobre a execução físico-financeira do **CONVÊNIO**, conforme disposto no art. 5.º da Portaria n.º 3.746, de 17 de dezembro de 2004, que institui o Programa de Transparência do Ministério da Justiça;
- 30) absorver, no Sistema Penitenciário do **CONVENENTE**, quando solicitados presos custodiados à disposição da Justiça Federal, bem como aqueles em cumprimento de penas por ela impostas, na forma prevista no art. 85, da Lei n.º 5.010, de 30/5/66;
- 31) absorver, no Sistema Penitenciário do **CONVENENTE**, quando solicitado, condenados de outras unidades da Federação na medida em que se justifique o interesse da Segurança Pública;
- 32) dar ciência da celebração ao conselho local ou instância de controle social da área vinculada ao programa de governo que originou a transferência, quando houver, na forma disposta no art. 36 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008 e suas alterações; e

- 33) disponibilizar, conforme art. 41, parágrafo único, por meio da Internet ou, na sua falta, em sede, em local de fácil visibilidade, consulta ao extrato do **CONVÊNIO** ou outro instrumento utilizado, contendo, pelo menos, objeto, a finalidade, os valores e as datas de liberação e detalhamento da aplicação de recursos, bem como as contratações realizadas para a execução do objeto pactuado. Essa exigência pode ser suprida com a inserção de link na página oficial do órgão ou entidade **CONVENENTE** que possibilite acesso direto ao Portal de Convênios.
- 34) atentar para a obrigação de que, caso seja necessário firmar parceria com Entidades Privadas sem Fins Lucrativos para a realização do objeto do convênio, há a obrigatoriedade de que tal parceria seja precedida da realização de processo seletivo, nos termos dos artigos 49-A, 5.º-A e 5.º-B da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 492 de 10 de novembro de 2011.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS**

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, os recursos são da ordem de **R\$ 2.386.195,57 (dois milhões, trezentos e oitenta e seis mil, cento e noventa e cinco reais e cinquenta e sete centavos)**, sendo **R\$ 2.068.118,00 (dois milhões, sessenta e oito mil e cento e dezoito reais)** a cargo do **CONCEDENTE**, e **R\$ 318.077,57 (trezentos e dezoito mil, setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)** do **CONVENENTE**, a título de Contrapartida financeira, correspondentes ao percentual de 10%, conforme a Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

Para a execução das atividades previstas neste **CONVÊNIO**, no presente exercício, os recursos serão da ordem de **R\$ 1.654.494,40 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)**, assim discriminados:

#### **I - CONCEDENTE:**

- a) **R\$ 1.654.494,40 (um milhão, seiscentos e cinquenta e quatro mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta centavos)** à conta do Orçamento Fiscal da União para 2011, Lei n.º 12.381, de 9 de fevereiro de 2011, Programa de Trabalho: 14.421.0661.2730.0001, Elementos de Despesa 33.30.41:, Fonte de Recursos n.º 0180000000, Nota de Empenho n.º 2011NE800078, no valor de **R\$ 1.596.744,80 (um milhão, quinhentos e noventa e seis mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos)** e Elementos de Despesa: 44.30.42, Fonte de Recursos n.º 0118033901, Nota de Empenho n.º 2011NE800077 no valor de **R\$ 57.749,60 (cinquenta e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e sessenta centavos)** ambas de 02/12/2011, – DEPEN/MJ.



## PARÁGRAFO SEGUNDO

As despesas decorrentes da execução do presente **CONVÊNIO** para o exercício de 2012, serão da ordem de **R\$ 731.701,17 (setecentos e trinta e um mil, setecentos e um reais e dezessete centavos)**, sendo **R\$ 413.623,60 (quatrocentos e treze mil, seiscentos e vinte e três reais e sessenta centavos)** do **CONCEDENTE**, e **R\$ 318.077,57 (trezentos e dezoito mil, setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)** do **CONVENENTE**, consignadas no Plano Plurianual, e correrão à conta de suas dotações orçamentárias respectivas, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do Crédito e Nota de Empenho.

### I - CONVENENTE:

a) **R\$ 318.077,57 (trezentos e dezoito mil, setenta e sete reais e cinquenta e sete centavos)**, relativos à contrapartida financeira, correspondentes ao percentual de 10%, conforme a Lei n.º 12.309, de 9 de agosto de 2010, consignados por meio da Lei Distrital Orçamentária para o exercício de 2012. Programa de Trabalho: 14.422.6229.4211.0001, Natureza da Despesa: 33.90.39 e Fonte: 100.

### II – ALOCAÇÃO DE RECURSOS:

a) Os recursos repassados pelo **CONCEDENTE** serão alocados no Orçamento do **CONVENENTE** no Programa de Trabalho: 14.422.6229.4211.0001, Natureza da Despesa: 33.90.39 e Fonte: 100.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Na hipótese de o objeto deste **CONVÊNIO** vir a ser alcançado com a utilização parcial dos recursos financeiros postos à disposição pelo **CONCEDENTE**, considerar-se-á, para todos os efeitos, a mesma proporcionalidade de participação, tanto do **CONCEDENTE** como do **CONVENENTE**, conforme prevista no caput desta **CLÁUSULA**, devendo essa proporcionalidade de participação ser observada para efeito do cálculo de restituição ao **CONCEDENTE** do saldo não aplicado.

## CLÁUSULA QUARTA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos financeiros serão liberados em 02 (duas) parcela(s), de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, aprovado pelo DEPEN, sendo 01 (uma) parcela à conta do Orçamento de 2011, e 01 (uma) parcela à conta do Orçamento de 2012.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO

A liberação das parcelas do **CONVÊNIO** será suspensa até a correção das impropriedades e/ou irregularidades verificadas pelo **CONCEDENTE**, que notificará, de imediato, o **CONVENENTE**, a fim de proceder ao saneamento requerido, apresentar justificativas ou cumprir a obrigação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Recebidos os esclarecimentos e informações solicitados, o **CONCEDENTE** disporá do prazo de 10 (dez) dias para apreciá-los e decidir quanto à aceitação das justificativas apresentadas, sendo que a apreciação fora do prazo previsto não implica aceitação das justificativas apresentadas.

## PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso não haja a regularização da pendência no prazo previsto, o ordenador de despesas da unidade **CONCEDENTE** determinará a instauração da tomada de contas especial do responsável, procedendo ao registro de inadimplência do **CONVENENTE** no **SICONV**.

## CLÁUSULA QUINTA – DA UTILIZAÇÃO DO PESSOAL

A utilização temporária de pessoal que se tornar necessária para a execução do objeto deste **CONVÊNIO** não configurará vínculo empregatício de qualquer natureza, nem gerará qualquer tipo de obrigação trabalhista ou previdenciária para o **CONCEDENTE**.

## CLÁUSULA SEXTA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

Os recursos referentes ao presente **CONVÊNIO**, liberados pelo **CONCEDENTE** e pelo **CONVENENTE**, serão mantidos, exclusivamente, na **conta n.º 56456, Agência 4200-5, Banco do Brasil/SA**, da cidade de Brasília/DF.

## PARÁGRAFO PRIMEIRO


Os recursos deste **CONVÊNIO**, que só poderão ser utilizados de acordo com a previsão do **Plano de Trabalho**, enquanto não empregados na sua finalidade, serão aplicados em caderneta de poupança de instituição financeira pública federal, se a previsão de seu uso for igual ou superior a um mês, ou em fundos de aplicação financeira de curto prazo, ou, ainda, em operação no mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública federal, quando sua utilização estiver prevista para prazos menores.

## PARÁGRAFO SEGUNDO

Os rendimentos das aplicações financeiras serão obrigatoriamente aplicados no objeto do **CONVÊNIO**, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos. E as receitas oriundas dos rendimentos da aplicação no mercado financeiro não poderão ser computadas como contrapartida devida pelo **CONVENENTE**.

## CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

É dever do **CONCEDENTE** exercer controle e fiscalização sobre a execução, mediante a supervisão e acompanhamento das atividades inerentes ao objeto deste Instrumento, por meio do representante do **CONCEDENTE**, especialmente designado e registrado no **SICONV**, solicitando do **CONVENENTE** a imediata correção de eventuais desvios detectados. Poderá ainda o **CONCEDENTE** assumir ou transferir a responsabilidade pela execução, no caso de paralisação ou de fato relevante que venha a ocorrer, de modo a evitar sua descontinuidade.





## CLÁUSULA OITAVA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

O **CONVENENTE** fica obrigado, nos termos do Capítulo VI da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008, a apresentar a Prestação de Contas dos recursos transferidos pelo **CONCEDENTE**, dos recursos de Contrapartida e os de rendimentos apurados em aplicações no mercado financeiro, que será composta além dos documentos e informações apresentados pelo **CONVENENTE** no SICONV, do seguinte:

- a) relatório do cumprimento do objeto;
- b) declaração de realização dos objetivos a que se propunha o instrumento;
- c) relação dos bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos do **CONCEDENTE**, quando for o caso;
- d) relação de treinados ou capacitados, quando for o caso;
- e) relação dos serviços prestados, quando for o caso;
- f) comprovante de recolhimento do saldo de recursos, quando houver; e
- g) termo de compromisso por meio do qual o **CONVENENTE** obriga-se a manter os documentos relacionados a este **CONVÊNIO** pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da data em que for aprovada a prestação de contas.

### PARÁGRAFO PRIMEIRO

A Prestação de Contas deverá ser apresentada ao **CONCEDENTE** em até **30 (trinta) dias** após o término da vigência do presente **CONVÊNIO** ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior àquela do encerramento da vigência. Oportunidade em que o **CONCEDENTE** deverá registrar, no SICONV, o recebimento da prestação de contas.

### PARÁGRAFO SEGUNDO

Se, ao término do prazo estabelecido, o **CONVENENTE** não apresentar a prestação de contas nem devolver os recursos nos termos da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008, o **CONCEDENTE** registrará a inadimplência no SICONV por omissão do dever de prestar contas e comunicará o fato ao órgão de contabilidade analítica a que estiver vinculado, para fins de instauração de tomada de contas especial sob aquele argumento e adoção de outras medidas para reparação do dano ao erário.

### PARÁGRAFO TERCEIRO

As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais ou equivalentes, devendo as faturas, recibos, notas fiscais e quaisquer outros documentos comprobatórios ser emitidos em nome do **CONVENENTE** e devidamente identificados com referência ao título e número deste **CONVÊNIO**. Os comprovantes originais das despesas serão mantidos em arquivo, em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição dos órgãos de controle interno e externo, pelo prazo de 20 (vinte) anos, contados da aprovação da prestação de contas ou da tomada de contas do Gestor/**CONVENENTE** pelo Tribunal de Contas da União – TCU, relativa ao exercício da concessão.

## PARÁGRAFO QUARTO

Obriga-se o **CONVENENTE** a apresentar todo e qualquer documento comprobatório de despesa efetuada à conta dos recursos deste **CONVÊNIO**, a qualquer tempo e a critério do **CONCEDENTE**, sujeitando-se, no caso de violação ao disposto nesta Parágrafo, ao mesmo tratamento dispensado às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, nos termos da alínea “c” da Cláusula Nona deste Instrumento, na hipótese da não-remessa do documento no prazo estipulado na respectiva notificação de cobrança.

## PARÁGRAFO QUINTO

Caso a prestação de contas não seja aprovada, exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da Tomada de Contas Especial, com posterior encaminhamento do processo à unidade setorial de contabilidade a que estiver jurisdicionado para os devidos registros de sua competência.

## CLÁUSULA NONA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

Quando da conclusão do objeto pactuado, da denúncia, da rescisão ou da extinção deste Instrumento, o **CONVENENTE**, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados da ocorrência do evento, sob pena da imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, é obrigado a recolher à **CONTA ÚNICA DO TESOUREIRO NACIONAL**:

- a) o eventual saldo remanescente dos recursos financeiros repassados, informando o número e a data do **CONVÊNIO**;
- b) o valor total transferido atualizado monetariamente, acrescido de juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Nacional, a partir da data de recebimento, nos seguintes casos:
  - b.1) quando não for executado o objeto da avença;
  - b.2) quando não for apresentada, no prazo exigido, a Prestação de Contas;
  - b.3) quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida neste **CONVÊNIO**;
- c) o valor correspondente às despesas comprovadas com documentos inidôneos ou impugnados, atualizado monetariamente e acrescido de juros legais;
- d) o valor correspondente ao percentual da contrapartida pactuada, não aplicado na consecução do objeto conveniado, na forma prevista do Plano de Trabalho, atualizado monetariamente; e
- e) o valor correspondente aos rendimentos de aplicação no mercado financeiro, referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não comprovar o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha havido a aplicação.



## PARÁGRAFO ÚNICO

O saldo dos recursos não utilizados no objeto do **CONVÊNIO** deverão ser restituídos ao Tesouro Nacional por meio da Guia de Recolhimento da União-GRU/STN, na UG 200333, Gestão 0001, Código 28850-0 (exercício anterior) e/ou Código 18806-9, no mesmo exercício.

## CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONVÊNIO** será de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data de sua assinatura com eficácia condicionada à publicação do respectivo extrato no Diário Oficial da União.

## PARÁGRAFO ÚNICO

Findo o prazo a que se refere a cláusula supra, tem a unidade executora 30 (trinta) dias para Prestação de Contas, na forma da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127/2008.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO

Este **CONVÊNIO** poderá ser alterado, se houver interesse dos partícipes, bem como seu prazo de vigência prorrogado por meio de Termo Aditivo e mediante proposta do **CONVENENTE**, devidamente justificada, a ser apresentada em prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, antes do término de sua vigência, desde que não haja mudança do objeto, na forma prevista pelo art. 37 da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127/2008.

## PARÁGRAFO ÚNICO


Excepcionalmente, mediante justificativa, o **CONVENENTE**, conforme o caso, poderá solicitar reformulação do Plano de Trabalho, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida à aprovação da autoridade competente do **CONCEDENTE**, vedada, porém, a mudança do objeto ainda que parcial, mesmo que não haja alteração da classificação econômica da despesa.

## CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS BENS REMANESCENTES

Os bens adquiridos, produzidos ou construídos com os recursos oriundos deste instrumento e remanescentes na data da conclusão ou extinção do presente **CONVÊNIO** serão de propriedade do **CONVENENTE**, nos termos do Decreto n.º 99.658, de 30 de outubro de 1990, e da Portaria Interministerial MP/MF/CGU n.º 127, de 29 de maio de 2008.

## PARÁGRAFO ÚNICO

Findo o **CONVÊNIO**, observado o fiel cumprimento do objeto nele proposto e verificada a necessidade de assegurar a continuidade do projeto na finalidade prevista, os bens serão incorporados automaticamente ao patrimônio do **CONVENENTE**, independentemente de termo de doação.



### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA**

Este **CONVÊNIO** poderá ser denunciado ou rescindido, a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença. A rescisão do **CONVÊNIO**, quando resultar dano ao erário, ensejará instauração de Tomada de Contas Especial.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**

O **CONVÊNIO** poderá ser rescindido nas seguintes situações:

- a) o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- b) constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado; e
- c) a verificação de qualquer circunstância que enseje a instauração de tomada de contas especial.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL**

Em qualquer ação promocional relacionada com o objeto deste **CONVÊNIO** deverá ser, obrigatoriamente, destacada a participação do **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**.

### **PARÁGRAFO ÚNICO**

Fica vedado aos partícipes utilizar, nos empreendimentos resultantes deste **CONVÊNIO**, nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1.º do art. 37 da Constituição Federal, sob pena de rescisão do instrumento conveniado e ressarcimento dos recursos aplicados, acrescidos dos encargos legais.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GLOSA DA DESPESA**

Serão glosadas as despesas realizadas em descumprimento às cláusulas avençadas e às normas pertinentes quais sejam:

- a) realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;
- b) pagar, a qualquer título servidor ou empregado público, integrante de quadro de pessoal de órgão ou entidade pública da administração direta ou indireta, por serviços de consultoria ou assistência técnica, salvo nas hipóteses previstas em leis específicas ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias;



- c) alterar o objeto do **CONVÊNIO**, exceto no caso de ampliação da execução do objeto pactuado ou para redução ou exclusão de meta, sem prejuízo da funcionalidade do objeto contratado;
- d) utilizar, ainda que em caráter emergencial, os recursos para finalidade diversa da estabelecida no instrumento;
- e) realizar despesa em data anterior à vigência do instrumento;
- f) efetuar pagamento em data posterior à vigência do instrumento;
- g) realizar despesas com taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive referente a pagamentos ou recolhimentos fora dos prazos;
- h) transferir recursos para clubes, associações de servidores ou quaisquer entidades congêneres, exceto para creches e escolas para o atendimento pré-escolar; e
- i) realizar despesas com publicidade, salvo a de caráter educativo, informativo ou de orientação social, da qual não constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal e desde que previstas no Plano de Trabalho.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS COMUNICAÇÕES E REGISTROS DE OCORRÊNCIAS**

Todas as comunicações relativas ao presente **CONVÊNIO** serão consideradas como regularmente feitas, se entregues ou enviadas por carta protocolada, fax ou e-mail institucional, sem prejuízo da posterior remessa dos originais.

### **PARÁGRAFO PRIMEIRO**


As comunicações dirigidas ao **CONVENIENTE** deverão ser entregues no seguinte endereço: Governo do Distrito Federal – Anexo do Palácio do Buriti, 10 andar, Sala 1032, CEP 70075-900, Brasília/DF

### **PARÁGRAFO SEGUNDO**

As comunicações dirigidas ao **CONCEDENTE** deverão ser entregues no seguinte endereço: **MINISTÉRIO DA JUSTIÇA** – Departamento Penitenciário Nacional, Anexo II, 6.º andar, sala 633 – Esplanada dos Ministérios, bloco T, CEP 70064-900, Brasília/DF.

### **PARÁGRAFO TERCEIRO**

As alterações de endereços e de número de tele-fax ou telefone de quaisquer partícipes deverão ser atualizadas regularmente no SICONV.



## CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA PUBLICAÇÃO

A publicação resumida deste **CONVÊNIO** no Diário Oficial da União será providenciada pelo **CONCEDENTE** até vinte dias a contar de sua assinatura.

## CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO

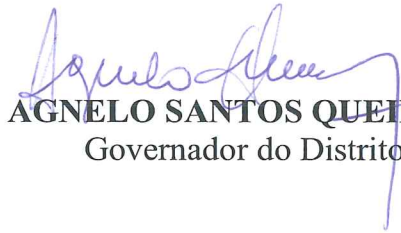
As causas e conflitos oriundos do presente **CONVÊNIO**, não resolvidos entre os partícipes com prévia tentativa de solução administrativa com participação da Advocacia-Geral da União, serão processados e julgados originariamente pela Justiça Federal, Seção Judiciária do Distrito Federal, em conformidade com o inciso I do art. 109 da Constituição Federal.

E por estarem acordes, o **CONCEDENTE** e o **CONVENIENTE** firmam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 30 de DEZEMBRO de 2011.



**LUIZ PAULO TELES FERREIRA BARRETO**  
Secretário-Executivo do Ministério da Justiça



**AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO**  
Governador do Distrito Federal



**AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI**  
Diretor-Geral do Departamento Penitenciário Nacional

### TESTEMUNHAS:

Nome: <i>Laura Cristine Tronsa Bezade</i>	Nome: <i>RODRIGO PORTO</i>
Identidade: <i>11.282.456 SSP/MG</i>	Identidade: <i>301099856</i>
CPF: <i>045.509.986-36</i>	CPF: <i>280047898-54</i>





Conveniente: AIRTON ALOISIO MICHELS, CPF nº 221.895.210-68, Interviente: TARSO FERNANDO HERZ GENRO, CPF nº 044.693.210-87.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 759606/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA EXECUTIVA DE RESSOCIALIZAÇÃO, CNPJ nº 06.290.858/0001-14. Interviente: PERNAMBUCO GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 10.571.982/0001-25. Reestruturar a Escola Penitenciária do Estado de Pernambuco. Valor Total: R\$ 104.447,41. Valor de Contrapartida: R\$ 10.444,75. Crédito Orçamentário: PTRES: 4472. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800069, Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2012. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: ROMERO JOSE DE MELO RIBEIRO, CPF nº 388.135.054-34, Interviente: EDUARDO HENRIQUE ACCIOLY CAMPOS, CPF nº 453.347.734-87.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 759636/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: AGENCIA GOIANA DO SISTEMA DE EXECUCAO PENAL, CNPJ nº 13.199.944/0001-81. Interviente: GOIAS GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 01.409.580/0001-38. Reparelhamento do Centro de Excelência do Sistema de Execução Penal. Valor Total: R\$ 111.892,86. Valor de Contrapartida: R\$ 11.189,29. Crédito Orçamentário: PTRES: 4472. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800064, Vigência: 30/12/2011 a 30/06/2013. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: EDILSON DIVINO DE BRITO, CPF nº 416.134.901-78, Interviente: MARCONI FERREIRA PERILLO JUNIOR, CPF nº 035.538.218-09.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 759655/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTICA E DIREITOS HUMANOS, CNPJ nº 04.312.401/0001-38. Interviente: AMAZONAS GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 04.312.369/0001-90. Aparentamento de 5 (cinco) centros de referência para atenção à saúde materno-infantil do Sistema Prisional do estado do Amazonas, nos municípios de Manaus, Itacoatiara, Maués, Tabatinga e Tefé. Valor Total: R\$ 155.625,00. Valor de Contrapartida: R\$ 15.562,50. Crédito Orçamentário: PTRES: 4478. Fonte Recurso: 0282300907, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800068. Crédito Orçamentário: PTRES: 4478. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800067, Vigência: 29/12/2011 a 29/12/2012. Data de Assinatura: 29/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: CARLOS LELIO LAURIA FERREIRA, CPF nº 075.236.962-87, Interviente: OMAR JOSE ABDEL AZIZ, CPF nº 075.886.152-49.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 759844/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SAO PAULO SECRETARIA DA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA, CNPJ nº 96.291.141/0084-07. Interviente: SAO PAULO GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 46.379.400/0001-50. Implantação e aparelhamento de 01(uma) Unidade de Atenção à Saúde Materno-Infantil no Sistema Prisional do Estado de São Paulo na Penitenciária Feminina da Capital. Valor Total: R\$ 475.000,00. Valor de Contrapartida: R\$ 95.000,00. Crédito Orçamentário: PTRES: 4478, Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800074, Vigência: 29/12/2011 a 29/12/2012. Data de Assinatura: 29/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: LOURIVAL GOMES, CPF nº 195.180.138-53, Interviente: GERALDO JOSE RODRIGUES ALCKMIN FILHO, CPF nº 549.149.068-72.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 760169/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: AGENCIA ESTADUAL DE ADMINISTRACAO DO SISTEMA PENITENCIARIO, CNPJ nº 03.983.632/0001-00. Interviente: GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ nº 15.412.257/0001-28. Reestruturação da Escola Penitenciária de Mato Grosso do Sul com infra-estrutura mínima de equipamentos audiovisuais, de informática e de climatização. Valor Total: R\$ 116.216,13. Valor de Contrapartida: R\$ 11.731,61. Crédito Orçamentário: PTRES: 4472. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800073, Vigência: 29/12/2011 a 29/06/2013. Data de Assinatura: 29/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: DEUSDETE SOUZA DE OLIVEIRA FILHO, CPF nº 390.304.151-34, Interviente: ANDRE PUCCINELLI, CPF nº 005.983.059-04.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 00032012010300095

Espécie: Convênio nº 760181/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA, CIDADANIA E DIREITOS HUMAN, CNPJ nº 40.245.920/0001-94. Interviente: PARANA GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 76.416.940/0001-28. Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens Autores de Violência Doméstica. Valor Total: R\$ 295.782,00. Valor de Contrapartida: R\$ 59.156,40. Crédito Orçamentário: PTRES: 21452. Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800081. Crédito Orçamentário: PTRES: 21452. Fonte Recurso: 0150020246, ND: 33304, Num Empenho: 2011NE800082, Vigência: 30/12/2011 a 30/06/2013. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: MARIA TEREZA ULLE GOMES, CPF nº 535.731.619-87, Interviente: CARLOS ALBERTO RICH, CPF 541.917.509-68.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 760196/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA, CNPJ nº 13.128.798/0002-28. Interviente: ESTADO DE SERGIPE - ADMINISTRACAO DIRETA, CNPJ nº 13.128.798/0001-01. Reestruturar a Escola Penitenciária do Estado de Sergipe. Valor Total: R\$ 118.460,51. Valor de Contrapartida: R\$ 11.846,06. Crédito Orçamentário: PTRES: 4472. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800076, Vigência: 29/12/2011 a 29/05/2013. Data de Assinatura: 29/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: BENEDITO DE FIGUEIREDO, CPF nº 022.453.375-49, Interviente: MARCELO DEDA CHAGAS, CPF nº 150.362.195-20.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 760198/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA DO ESTADO DO CEARA, CNPJ nº 07.954.530/0001-18. Interviente: CEARA GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 07.954.480/0001-79. Reparelhamento da Escola de Gestão Penitenciária e Formação Para Ressociação - EGPR. Valor Total: R\$ 116.646,54. Valor de Contrapartida: R\$ 11.664,66. Crédito Orçamentário: PTRES: 4472. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800075, Vigência: 29/12/2011 a 29/06/2013. Data de Assinatura: 29/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: MARIANA LOBO BOTELHO DE ALBUQUERQUE, CPF nº 624.278.733-49, Interviente: CID FERREIRA GOMES, CPF nº 209.120.133-20.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 760210/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: DISTRITO FEDERAL GOVERNO DO DISTRITO, CNPJ nº 00.394.601/0001-26. Implantação do Serviço de Educação e Responsabilização para Homens autores de violência doméstica no Distrito Federal. Valor Total: R\$ 2.386.195,57. Valor de Contrapartida: R\$ 318.077,57. Crédito Orçamentário: PTRES: 21452, Fonte Recurso: 0118033901, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800077. Crédito Orçamentário: PTRES: 21452, Fonte Recurso: 0180000000, ND: 33304, Num Empenho: 2011NE800078, Vigência: 30/12/2011 a 30/12/2013. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: AGNELO SANTOS QUEIROZ FILHO, CPF nº 196.676.555-04.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 760422/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SUPERINTENDENCIA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO PARA, CNPJ nº 05.929.042/0001-25. Interviente: PARA GOVERNO DO ESTADO, CNPJ nº 05.054.861/0001-76. APARELHAMENTO DE UM CENTRO DE REFERENCIA PARA ATENÇÃO À SAÚDE MATERNO-INFANTIL EM UMA UNIDADE FEMININA DO SISTEMA PENITENCIARIO DO ESTADO DO PARA. Valor Total: R\$ 136.159,50. Valor de Contrapartida: R\$ 13.615,95. Crédito Orçamentário: PTRES: 4478, Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800080, Vigência: 29/12/2011 a 29/07/2012. Data de Assinatura: 29/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: FRANCISCO MOTA BERNARDES, CPF nº 377.483.272-20, Interviente: SIMAO ROBISON OLIVEIRA JATENE, CPF nº 014.309.042-91.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

Espécie: Convênio nº 760436/2011. Convenientes: Concedente: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Unidade Gestora: 200324, Gestão: 00001. Conveniente: SECRETARIA DE ESTADO DE DEFESA SOCIAL DE MINAS GERAIS, CNPJ nº 05.487.631/0001-09. Interviente: MINAS GERAIS SECRETARIA DE ESTADO DE FAZENDA, CNPJ nº 18.715.615/0001-60. Reestruturar a Escola de Formação da Secretaria de Estado de Defesa Social para que possua uma infraestrutura mínima de equipamentos audiovisuais, de climatização e de informática necessária para promover a capacitação, de forma ade-

quada, do servidor envolvido na execução penal. Valor Total: R\$ 111.629,06. Valor de Contrapartida: R\$ 22.325,82. Crédito Orçamentário: PTRES: 4472. Fonte Recurso: 0180000000, ND: 44304, Num Empenho: 2011NE800079, Vigência: 30/12/2011 a 30/06/2013. Data de Assinatura: 30/12/2011. Signatários: Concedente: AUGUSTO EDUARDO DE SOUZA ROSSINI, CPF nº 063.997.338-80, Conveniente: LAFAYETTE LUIZ DOORGAL DE ANDRADA, CPF nº 381.051.951-00, Interviente: ANTONIO AUGUSTO JUNHO ANASTASIA, CPF nº 475.558.826-04.

(SICONV(PORTAL) - 02/01/2012)

## DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

### EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA

PROTOCOLO: 08361.004989/2011-02 ESPÉCIE: Acordo de Cooperação Técnica. PARTES: Departamento de Polícia Federal - DPF e Companhia Docas de Santana - CDSA. OBJETO: cooperação técnica, operacional, administrativa e financeira entre as partes para implementar e operacionalizar nas vias navegáveis de responsabilidade da CDSA, entre outras, as atividades do Grupo Especial e Polícia Marítima da Polícia Federal no Estado do Amapá. DATA DA ASSINATURA: 28 de dezembro de 2011. VIGÊNCIA: 60 meses SIG-NATÁRIOS: pelo DPF, Leandro Daello Coimbra, Diretor-Geral, e pela CDSA, Riano Valente Freire, Diretor Presidente.

## COORDENAÇÃO-GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - UASG 200028

Processo nº 08206001980201124. Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação dos serviços continuados de publicação oficial de contrato, convênios, aditivos, distratos, editais, avisos e comunicação em geral, produzidos pela Coordenação de Tecnologia da Informação do Departamento de Polícia Federal-CTI/DPF, no Diário Oficial da União. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Dar publicidade aos atos oficiais da CTI/DPF, conforme determina o art. 37 da Constituição e o Decreto nº 4520 de 16/12/07. Declaração de Inexigibilidade em 02/01/2012. GRACIELE MARTINS LIMA. Chefe Substituta do Setor de Apoio Administrativo/cti/dpf. Ratificação em 02/01/2012. VALDECY DE URQUIZA E SILVA JUNIOR. Coordenador de Tecnologia da Informação/cti/dpf. Valor Global: R\$22.876,26. CNPJ CONTRATADA: 04.196.645/0001-00 IMPRENSA NACIONAL.

(SIDEC - 02/01/2012) 200342-00001-2011NE800014

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO DISTRITO FEDERAL

### EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - UASG 200338

Processo nº 08280045169201162. Objeto: Serviços de publicação de matérias de caráter oficial, nas edições normais, extras e suplementares do Diário Oficial da União, no exercício de 2012. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Conforme Declaração de exclusividade da Imprensa Nacional. Declaração de Inexigibilidade em 07/12/2011 CONRADO AGNELO FLORES. Gestor Financeiro. Ratificação em 07/12/2011. SILVANA HELENA VIEIRA BORGES Superintendente Regional. Valor Global: R\$18.000,00. CNPJ CONTRATADA: 04.196.645/0001-00 IMPRENSA NACIONAL.

(SIDEC - 02/01/2012) 200338-00001-2011NE800028

## EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2011 - UASG 200026

Contrato nº 00015/2009, subrogado pela UASG: 200026 - MI-SR-DPF-SUPER.REG.DEP.POLICIA FEDERAL/DF. Processo nº 08280003042200951. PREGÃO SISSP nº 2/2009 Contratante: MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - CNPJ Contratado: 04762861000168. Contratado: ENGEPROM ENGENHARIA LTDA - Objeto: Prorrogar por mais 06 meses, ou até conclusão de processo licitatório. Fundamento Legal: lei 8.666/93 suas alterações e publicações. Vigência: 01/01/2012 a 30/06/2012. Valor Total: R\$852.488,70. Fonte: 100000000 - 2011NE800016. Data de Assinatura: 26/12/2011.

(SICON - 02/01/2012) 200338-00001-2011NE800028

## SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO MATO GROSSO DO SUL

### EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 1/2012 - UASG 200354

Processo nº 08335018813201147. Objeto: Serviço de fornecimento de energia elétrica para atender a SR/DPF/MS, DPF/DRS/MS, DPF/NV/MS, DPF/CRA/MS e DPF/PPA/MS. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 24º, Inciso XXII da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Necessidade de fornecimento de energia. Declaração de Dispensa em 09/11/2011. WENDERSON BRAZ GOMES. Corregedor Regional. Ratificação em 19/12/2011.